



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### Nota Pública em Homenagem a Margarida Maria Alves (05/08/1933-12/08/1983)

#### ***“É melhor morrer na luta do que morrer de fome!” - Mulheres Margaridas em todo o Brasil!***

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), na 50ª Reunião Plenária em Brasília, dias 14 e 15 de agosto de 2019, presta uma justa homenagem a **Margarida Maria Alves** ao destacar sua bravura mudancista! Liderança camponesa nascida no Sítio do Jacu, município de Alagoa Grande na Paraíba - herda do pai, o nativo Manuel Lourenço Alves, os traços étnicos e também raciais da parte da mãe afro-brasileira Alexandrina Conceição, cunhando identidade própria. Seu Manuel tinha por costume encaminhar os filhos para o trabalho na lavoura somente após completarem 11 anos de idade, contudo, Margarida, a caçula de nove irmãos, com apenas 08 anos de idade, fez da enxada instrumento de trabalho com intuito de fazer companhia a sua irmã.



Figura 1 - Margarida Maria Alves na porta de sua casa, Alagoa Grande (PB).

Expulsa juntamente com a família das terras de onde tiravam o sustento, Margarida muda-se para a cidade em 1962 às vésperas da ditadura militar (1964-1985), período de repressão política. Nesse ano ocorre o bárbaro assassinato, numa ação de jagunços, de João Pedro Teixeira (1918-1962), líder das Ligas Camponesas. Fato que produz em Brasília uma Comissão Parlamentar de Inquérito, comparecendo à mesma a viúva e ativista Elizabeth Teixeira (Sapé/PB, 1925), firme e ativa. Também surge o Sindicato do Trabalhador Rural de Alagoa Grande com apoio da igreja, sendo o primeiro presidente o sindicalista Severino Casimiro Alves. Casimiro casado com Margarida, da qual união nasce o único filho do casal, José de Arimatéia. Sobre as Ligas, tempos depois, eles compreenderiam o seu valor...

Eleita presidenta do Sindicato no início da década de 1970, sendo a primeira mulher a exercer cargo de direção sindical. Até então, a maioria das mulheres permanecia em posições subalternas nessa luta sindical. Margarida se destacou como sindicalista na defesa dos direitos trabalhistas numa visão classista, na defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras no cultivo da cana de açúcar. Trajetória interrompida após 12 anos à frente da entidade (1970-1983) ao calarem sua voz. Durante esse tempo moveu mais de 600 ações trabalhistas em defesa dos direitos dos trabalhadores sem-terra, com metas focadas em direitos, tais como, o registro em carteira de trabalho, a jornada diária de trabalho de 8 horas, o 13º salário, o direito a férias. Ela batalhou para que as condições de trabalho no campo se equiparassem às do trabalho no meio urbano. Quanto a Reforma Agrária, denunciou a concentração de terras em poder do latifúndio, inclusive para o então presidente militar em 1982, João Batista Figueiredo. Postumamente, recebeu o Prêmio Pax Christi Internacional em 1988.

Aqui um parêntese: Vamos ter que reconquistar esses direitos? Urge ter muitas Margaridas no país!

Como mulher de/na luta incentivou a participação feminina numa quadra em que essa presença nos espaços de decisão pouco existia. Ao lado de Margarida esteve as companheiras Maria da Penha Nascimento Silva (1949-1991), sindicalista expoente das lutas sindicais, e a



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

violeira e repentinista Maria da Soledade Leite (1942-), que estiveram à frente do movimento de trabalhadores rurais na região ao lado de Margarida, pelejando pelas mesmas causas, tanto na militância sindical quanto nas artes.

A intensa atuação da presidenta Margarida, em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, em pouco mais de uma dezena de anos, conflitou com os interesses dos latifundiários. Margarida começa a receber constantes ameaças, e às denúncias não se acovardou. Ao contrário, sua agenda ampliou-se na região, à medida que, como líder sindicalista era procurada para apoiar a organização de sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios na região de lavoura canavieira. A realidade revela a inegável luta pela terra na Paraíba - retratando o Brasil. A trajetória de Margarida e sua dedicação ao papel da formação sindical e da formação de gênero lhe induziu a criação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural com o objetivo de qualificar seus parceiros em evidente disputa de poder na sociedade patriarcal.

A sua participação na manifestação de 1º de maio de 1983 na cidade de Sapé, distante 76 km de Alagoa Grande por ocasião do Dia dos Trabalhadores, selou o fim de uma vida promissora. Ao discursar, Margarida evidencia o medo que os latifundiários tinham da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras no campo, e convoca a todos à união e à luta pelos seus direitos afirmando: *“eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles”*. Aplaudida à luz do dia em praça pública, Margarida teve seu destino selado pela elite oligárquica, que decide dar cabo à sua vida... Em apenas três meses e onze dias após o evento, Margarida foi brutalmente assassinada.

Completara 50 anos poucos dias antes de sua pujante voz ter sido silenciada, fato que se deu em 12 de agosto de 1983 pelas mãos sujas de um pistoleiro de aluguel a mando dos usineiros e latifundiários da região do Brejo Paraibano. O assassino desce de uma GM-Opala vermelha e se aproxima da casa de Margarida - e ao chamá-la pelo nome, ela surge na porta e o agourento dispara o tiro de escopeta calibre 12, certo no rosto da mulher corajosa. O algoz encapuzado, assim agiu para desfigurar, mandar recado, impor o medo... José de Arimateia, com apenas 10 anos, assistiu o bárbaro crime que tirou a vida de sua mãe.

O motorista do Opala - Severino Carneiro de Araújo, “Biu Genésio”, foi morto como “queima de arquivo”. Entre investigações inconclusas, retomadas, paralizações processuais e adiamentos, de cinco acusados, somente dois foram julgados: Antônio Carlos Coutinho e José Buarque de Gusmão Neto, o Zito Buarque. No entanto, foram absolvidos pelo Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa em 18 de junho de 2001, enquanto os jurados ouviram a sentença de cabeça baixa. O então proprietário da Usina Tanques - sogro de Zito, Agnaldo Veloso Borges – político estadual de grande poder, líder do Grupo da Várzea (composto por 60 fazendeiros, três deputados e 50 prefeitos), acusado principal, disse que nunca teve desavença com Margarida, que ela era sua correligionária, o que provocou revolta entre os familiares da líder camponesa assassinada. Os pistoleiros Amauri José do Rego e Amaro José do Rego, irmãos, permanecem foragidos.

O julgamento fora adiado por seis vezes e, na data que aconteceu, os advogados assistentes de acusação não puderam se fazer presentes, pois naquele dia coincidiu com o julgamento dos acusados pelo massacre de Eldorado dos Carajás no Pará. Por conta disso, haviam solicitado para mudar a data, mas o Tribunal manteve sua posição; fizeram então pedido de



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

anulação. Pela repercussão internacional, o crime de Margarida Alves chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O extenso Relatório da referida Comissão, datada de 05 de março de 2008, ao final declara: *“admissível a petição em estudo no tocante às supostas violações do artigo I da Declaração Americana, bem como dos artigos 8 e 25 da Convenção Americana em conformidade com o artigo 1.1 do mesmo instrumento. Em virtude do princípio iura novit curia, declara admissível a presente petição no que diz respeito à suposta violação do artigo XXII da Declaração com relação aos fatos ocorridos antes de 25 de setembro de 1992”*. Esta decisão foi incluída no Relatório Anual, apresentada à Assembleia Geral da OEA, estando em observação.

O crime continua impune, mas a memória dos feitos de Margarida em benefício da coletividade espalha além-fronteiras brasileira, alimenta sonhos e nutre esperanças mudancistas, por Margaridas no Brasil e suas utopias a serem concretizadas. Em 2000 aconteceu a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), movimento feminista internacional em campanha mundial com o slogan: *“2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”*. Desta iniciativa lançou-se a Marcha das Margaridas, uma ação estratégica do movimento de mulheres trabalhadoras rurais com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CONTAG), numa pauta por Terra, Trabalho, Direitos Sociais, Autodeterminação das mulheres e Soberania do país.

Demandas atualizadas a cada versão da Marcha revelam preocupações quando no Brasil atual há retirada de direitos, desrespeito à Constituição Brasileira e aniquilamento da democracia, em um clima obscurantista de retrocesso no mundo todo, mas aqui quem ocupa a presidência do país é exatamente quem incita o ódio e a violência incidindo nas desigualdades de gênero, inclusive. A 6ª Marcha promete retomar o debate sobre a “reforma” da Previdência e outros temas da pauta dos movimentos sociais.

O CNDH nessa homenagem empresta todo apoio à “6ª Marcha das Margaridas de 2019, por um Brasil com Soberania, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência” em concentração em Brasília, dias 13 e 14 de agosto com as mulheres do campo, da floresta e das águas de todo o país. Margarida tornou-se símbolo da luta da mulher no campo e na cidade, por direitos. O ditado popular que se refere a uma mulher destemida como “mulher macho”, deve ser contraposto, com o justo e o certo de forma propositiva: **“Mulher forte como Margarida”**.

Brasília, 14 de agosto de 2019

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS